

## **ATA Nº 26: Reunião do Grupo de Trabalho sobre Pesca de Demersais e Bentónicos**

Quinta-feira, 30 de setembro de 2021  
09h30 – 11h30 (hora local do Açores) Duração: 2 horas  
Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira (formato híbrido),  
Praia da Vitória,  
Portugal

### **Introdução. Natureza da reunião**

O Grupo de Trabalho sobre a Pesca de Demersais e Bentónicos, do Conselho Consultivo das Regiões Ultraperiféricas (CCRUP), reuniu em sessão fechada híbrida, na Academia da Juventude e das Artes da Ilha Terceira e por via videoconferência, através da plataforma *Zoom* com interpretação simultânea em português, francês e espanhol, às nove horas e trinta minutos, do dia (30) trinta de setembro de (2021) dois mil e vinte e um. Realizou-se um teste ao bom funcionamento do sistema de videoconferência e sistema de interpretação.

### **1. Abertura pelo presidente e vice-presidente do grupo de trabalho.**

O Sr. Gonçalo Carvalho (vice-presidente do presente grupo de trabalho e representante da Sciaena) e o Sr. Juan Verdú (presidente do grupo de trabalho e representante da *Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Las Palmas*) deram as boas-vindas aos membros

O Sr. Gonçalo Carvalho informou os membros do falecimento do Sr. George Michel Karam, (*Comite Regional de Pêche Maritimes et Élevages Marins de Guyane*) e pediu que se realizasse um minuto de silêncio, em sua memória. O que foi realizado.

### **2. Informações administrativas.**

A Secretária-Geral deu instruções relativas às regras de intervenção, nomeadamente, sempre que algum membro quisesse participar teria de mencionar o seu nome e o da organização que representa. Considerando o contexto de pandemia e seguindo o plano de contingência em vigor, todos deveriam manter a máscara colocada

durante toda a reunião, com exceção da pessoa que estivesse a falar, e desinfetar as mãos com álcool gel, sempre que entrassem na sala. No final da reunião, deveriam deixar na sua mesa o sistema de interpretação, para desinfecção e guardar os auriculares, pois eram pessoais e intransmissíveis. Informou ainda que a ata da reunião anterior tinha sido aprovada por unanimidade e por escrito, no dia 24 de setembro de 2021. Relembrou que a reunião estava a ser gravada, para efeitos de elaboração da respetiva ata.

### **3. Compilação de informações e melhoria da recolha de dados sobre as espécies bentónicas e demersais.**

O Sr. Gonçalo Carvalho perguntou se algum membro gostaria de comentar a agenda proposta, contudo não houve intervenções, nem pedidos de palavra sobre o tema.

O Sr. Juan Verdu comentou que por motivos médicos não podia viajar e estar presencialmente na reunião. Relativamente ao sistema de recolha de dados nas Ilhas Canárias, afirmou que não há um sistema de lotas, tal como nos Açores. As confrarias registam as espécies capturadas, os tamanhos e a sua classificação legal e emitem uma nota de venda, onde se designa quem é o comprador. Considerou que a legislação europeia não tem em conta as especificidades das Canárias, pois há normas que só fazem sentido no caso da pesca de grande escala. Os assuntos debatidos em parlamento são processos morosos. Afirmou que havia falta de controlo da pesca recreativa e que por isso, muitas embarcações profissionais passaram a operar como recreativas, pois há menos taxas e obrigações fiscais. Segundo dados da Direção Geral das Pescas das Canárias, atualmente existem cerca de cem mil (100 000) licenças recreativas contra seiscentas e cinquenta (650) embarcações profissionais. O governo das Canárias só tem cerca cinco (5) inspetores para as sete (7) ilhas do arquipélago. Considera que não há controlo, nem dados sobre as capturas da pesca recreativa. Os pescadores recreativos não recebem formação. Concorda com a regulamentação da pesca profissional, mas discorda que não seja implementada a mesma legislação à pesca recreativa. Afirmou que muitos dos materiais usados na pesca recreativa são prejudiciais para o ambiente e que nos Comités Científicos já se reconhece este impacto, no ecossistema marinho. Os pescadores recreativos utilizam como isco, espécies não autóctones, o que é perigoso para os habitats marinhos.

O Sr. Gonçalo Carvalho referiu que iriam elaborar um parecer sobre este tema.

O Sr. Charif Abdallah (*Chambre de l' 'Agriculture, de la Pêche et de l' Aquaculture de Mayotte - CAPAM*) iniciou a sua intervenção referindo que os barcos de pesca recreativa na Mayotte, não têm que cumprir com obrigações fiscais, capturam e vendem o pescado. Quando há reclamações dos pescadores profissionais, as autoridades informam que não têm recursos humanos suficientes e, os que existem estão ocupados a controlar a pesca profissional. A falta de fiscalização é um problema mundial. Os jovens de Mayotte têm receio de ser pescadores profissionais, pois acham que é um setor sem futuro, pelo facto da Mayotte importar peixe da África do Sul. Comentou estar satisfeito por participar na presente reunião e ter oportunidade de ouvir a argumentação de outros membros, de representantes de França e da Comissão Europeia.

O Sr. Gonçalo Carvalho retomou a palavra, agradeceu a intervenção e pediu ao Sr. Jorge Gonçalves (Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores) para falar sobre a realidade nos Açores.

O Sr. Jorge Gonçalves começou por cumprimentar os Membros e referiu que apesar de terem o mesmo problema relativamente à pesca recreativa, este era em menor escala nos Açores, onde, existem cerca de (2 000) duas mil licenças oficialmente emitidas. Considerou ser necessário que a pesca recreativa ou lúdica seja controlada e que se conheça o número de embarcações recreativas e em que zonas operam, para obter dados suficientes e tomar decisões fundamentadas. Informou que nos Açores existem meios de fiscalização para além dos informáticos, como sejam a Inspeção Regional das Pescas, a Marinha, a Polícia Marítima e a Guarda Nacional Republicana (GNR). Todas estas entidades têm ações de fiscalização que não são coordenadas entre si, pelo que ocorre que uma mesma embarcação seja fiscalizada por várias autoridades no mesmo dia. A maioria das fiscalizações são dirigidas à pesca profissional. Considerou que os recursos marinhos são de todos e, por isso, devem ser preservados por todos. Os pescadores profissionais estão sujeitos a várias restrições e a venda de pescado é obrigatoriamente regulada em lota. Por outro lado, os pescadores lúdicos não estão sujeitos a este controlo. O facto de a emissão de licenças para pesca lúdica ser muito superior ao da concessão de licenças a pescadores profissionais, é um problema transversal a todas as regiões

ultraperiféricas. Propôs que após esta reunião deveria ser redigida uma recomendação para que a pesca lúdica seja controlada.

O Sr. Gonçalo Carvalho mencionou que desde a reforma da política comum das pescas que é necessária a quantificação e controlo desta atividade da pesca recreativa, pelas mesmas razões já apontadas nesta reunião, e que é um tema consensual entre as Organizações Não Governamentais (ONGs). Considerou que há pescado a ser capturado e comercializado sem registo, o que pode o estado dos recursos nos ecossistemas marinhos e impedir uma melhor gestão dos mesmos. O Regulamento de Controlo da Pescas da União Europeia está a ser revisto, estando nesse momento em discussão entre o Parlamento Europeu, a Comissão Europeia e os Conselho Europeu, e um dos pontos na agenda é a monitorização e controlo da pesca recreativa.

O Sr. Fernando Gutierrez, (*Federación Provincial de Cofradías de Pescadores de Santa Cruz de Tenerife*) comentou que nas Canárias, há 40 anos, havia (200) duzentas licenças de caça submarina. Nas Canárias, o número de licenças aumentou para 100.000, das quais (86 000) oitenta e seis mil estão atribuídos a pescadores que praticam pesca apeada e que não conseguem capturar mais do que 3 a 5 kg de pescado, enquanto a caça submarina captura cerca de 20 a 40 kg pescado (por dia). Não compreende porque a União Europeia e os Estados-Membros não combatem este tipo de concorrência em termos de captura e comercialização ilegal, que prejudica o mercado e a valorização do pescado. É necessário restringir a atribuição de licenças e permitir a prática de pesca lúdica, apenas em determinados dias da semana e em zonas definidas.

O Sr. David Pavón esclareceu que a pesca lúdica e a desportiva não seriam, por si só, um problema, pois são atividades legítimas, legais e fundamentais para o lazer. No entanto, como foi explicado pelo Sr. Juan Verdú, sem controlo, tornam-se uma pesca não declarada e ilícita - uma das principais razões do desaparecimento da frota profissional nas Canárias - que afeta a rentabilidade da atividade pesqueira. O novo regulamento da União Europeia já refere a monitorização deste tipo de pesca. Considera importante enviar as recomendações para aos Estados-Membros, pois são aos Governos locais os responsáveis por executar a legislação.

O Sr. Jacinto da Silva (Coopescamadeira - Cooperativa de Pesca do Arquipélago da Madeira, CRL) saudou os participantes referiu que os tubarões de profundidade são

apanhados acidentalmente nas artes de palangre de profundidade - utilizadas para a captura do peixe-espada-preto (*Aphanopus carbo*) - e são devolvidos ao mar já mortos. Informou que estas capturas acidentais são utilizadas na gastronomia local, especificamente na cidade da *Câmara de Lobos*, pois é uma forma de as aproveitar. No ano passado (2020), a Comissão Europeia decidiu atribuir aos tubarões de profundidade uma quota de (7 000) sete mil toneladas, contudo, em 2021, a quota passou a zero, o que desagradou a toda população da Madeira. É necessária uma solução para este impacto na economia local, tão importante para o sustento das famílias da região. Apelou que a Comissão analisasse esta questão com as entidades regionais madeirenses e reconsiderasse repor alguma quota para as capturas acidentais dos tubarões de profundidade. Comentou que a pesca lúdica não controlada é um problema que aflige os pescadores profissionais. A fiscalização é dirigida aos pescadores profissionais que capturam e trazem peixe para a lota, para a sua comercialização. A pesca recreativa quando dirigida a fins comerciais é uma concorrência relativamente à pesca profissional. O Sr. Jorge Gonçalves comentou que existe um regime de totais de captura admissíveis (TACs) e quotas nos Açores, para controlar a captura de algumas espécies. Contudo há ausência de controlo da pesca recreativa. Exemplificou que os pescadores profissionais com licença para capturar lagosta com armadilhas, estão a desistir da atividade, pois há indivíduos com licença de mergulho, que apanham indevidamente a maioria das lagostas que vêm à costa, na altura da desova (período este que é considerado de defeso da espécie). Reiterou que a pesca profissional açoriana não está contra a pesca lúdica, mas defendem o controlo da mesma. Inclusive as embarcações profissionais têm que ter vários equipamentos a bordo, ao invés das embarcações recreativas.

O Sr. Pedro Melo (*Associação dos Comerciantes do Pescado dos Açores*) referiu que era necessário a Comissão Europeia criar mecanismos de controlo e licenciamento da pesca lúdica e aumentar a fiscalização na hotelaria e na restauração, pois considerou que são os grandes responsáveis pela compra ilegal de capturas da pesca recreativa.

A Sra. Úrsula Krampe (Comissão Europeia) agradeceu o convite e referiu que tomou notas relativamente ao que foi dito, mas não iria entrar no debate do Artigo 55 do Regulamento de Controlo. A Europa fez tudo o que lhe foi possível e serão as entidades locais as responsáveis por trabalhar com os Estados-Membros, para que as autoridades

regionais respeitem o regulamento europeu. Informou que não era perita no Regulamento de Controlo e não se sente à vontade para falar sobre este assunto. Quanto ao tema agendado sobre a recolha de dados, informou que os membros ali presentes podem pedir apoio para a recolha de dados sobre as capturas e a melhoria da sua monitorização. Pediu que, futuramente, enviassem uma agenda mais específica sobre os assuntos a discutir.

O Sr. Gonçalo Carvalho agradeceu a intervenção da representante da Comissão Europeia e referiu que o Grupo de Trabalho ainda está a definir as suas prioridades. Aceitou a sugestão.

A Sra. Anaïs Mourtada (*Comité National de Pêches Maritimes et Élevages Marins*) comentou que quer a nível nacional, como europeu, há a necessidade de reforçar o controlo sobre a pesca recreativa. Em França, não há licenças nem obrigação de declarar as capturas. Apenas se exige o respeito pelos tamanhos mínimos estabelecidos para o pescado capturado, o que é manifestamente pouco e gera problemas ao nível das unidades populacionais. É um problema que terá de ser resolvido pelos Estados-Membros e, deste modo, considera que o CCRUP deve pedir a estes um ponto de situação sobre a pesca recreativa. Por outro lado, em França, é importante haver recolha de dados e apoiar a renovação das frotas das RUPs.

O Sr. Jacinto da Silva voltou a mencionar que já não há quota para as capturas acidentais de tubarões de profundidade, na Madeira.

A Sra. Úrsula Krampe reconheceu que o tema das capturas acidentais de tubarões de profundidade é um tema sensível e que a Comissão Europeia, em 2020, no seu Regulamento para as Águas Profundas, ditou a proibição para a captura dos tubarões de profundidade, com base em pareceres científicos, que sustentam que estas espécies estão em perigo. Inicialmente foram autorizadas 10 toneladas, e, posteriormente, 7 toneladas de capturas acidentais de tubarões de profundidade. No entanto, no Regulamento das Águas Profundas de 2018, a Comissão Europeia esperava receber relatórios de Portugal e dos outros Estados-Membros, mas até à data ainda não os receberam. A Comissão Europeia não tem dados recentes, para além daquilo que foi acordado em 2018, pelo que não pode discutir este tópico. Sabem, no entanto, que os tubarões de profundidade estão em perigo e não podem ser pescados.

O Sr. Fernando Gutierrez manifestou o seu profundo desagrado sobre a política da União Europeia em relação à pesca sustentável. Afirmou que a União Europeia não está num bom caminho. Para terminar a sua intervenção, o Sr. Gutierrez deu o exemplo da pesca de tunídeos no Mediterrâneo – onde desapareceram as pequenas embarcações e foram concedidas licenças a grandes navios de pesca de atum - o que coloca esta espécie em perigo.

O Sr. Gonçalo Carvalho agradeceu a intervenção, e referiu que seria um assunto pertinente para o grupo de trabalho dos pelágico e que ficou registado. Referiu que tendo em conta as contribuições, iriam redigir um parecer sobre a pesca recreativa. Sugeriu que se colaborasse com o grupo de trabalho de pesca ilegal. Seria agendada uma reunião sobre a recolha de dados.

#### **4. Apresentação do projeto SOS TubaProf – Sra. Laurence Fauconnet.**

A Sra. Laurence Fauconnet (Investigadora na Universidade dos Açores – Departamento de Oceanografia e Pescas) agradeceu o convite do CCRUP e a oportunidade de apresentar o projeto *SOS TubaProf*, relativo à avaliação das capturas acessórias do tubarão de profundidade nas ilhas açorianas. Foi criado e desenvolvido em parceria entre biólogos marinhos do centro IMAR/Okeanos, associações de pescadores, nomeadamente, a Federação das Pescas dos Açores, a Associação de Produtores de Espécies Demersais dos Açores e o Observatório do Mar dos Açores.

Atualmente, nos Açores, são conhecidas (25) vinte e cinco espécies de tubarões de profundidade, que em 2020 foram compiladas num guia, com as suas principais características, para permitir a sua rápida e fácil identificação. Muitas destas espécies são capturadas de forma acidental, pelo palangre de fundo. Estima-se que sejam capturados anualmente cerca de (223) duzentas e vinte e três toneladas de tubarões de profundidade. Não existem dados estatísticos sobre o estado de conservação de muitas das espécies. Por razões de vulnerabilidade, desde 2010, a Comissão Europeia tem proibido a pesca da maioria parte destas espécies.

O objetivo principal deste projeto é avaliar se estas capturas acessórias são sustentáveis e para isso, é necessário recolher dados. A proibição de pesca inviabiliza a

existência de estatísticas sobre descargas. Os dados que existem são provenientes de observadores e são pouco precisos. Pretende-se saber se os níveis de abundância destes tubarões, permite haver quotas para pesca acessória. O intuito é que os pescadores e cientistas possam trabalhar em colaboração, na obtenção de dados e atingir um compromisso entre a conservação destes tubarões e a exploração sustentável dos recursos demersais.

O projeto está estruturado em 6 grandes áreas:

1. Recolha de dados - Distribuir o guia pelos pescadores e dar-lhes uma pequena formação para identificarem as espécies e implementarem a recolha de dados das capturas acessórias.

2. Biodiversidade - há 25 tipos de espécies e há potencial para descobrir mais diversidade. É importante conhecer o grau de abundância destas espécies para analisar possíveis capturas acessórias.

3. Habitats essenciais – identificar e monitorizar zonas onde ocorrem etapas-chave do seu desenvolvimento: acasalamento, desova e crescimento destas espécies.

4. Seletividade – estudar se poderá haver alterações nas artes de pesca que permitiriam reduzir a pesca acessória de tubarões de profundidade, sem colocar em causa a captura das espécies-alvo.

5. Sobrevivência após libertação – marcar alguns dos tubarões com acelerométrica, para monitorizar os seus movimentos após 48 h da libertação e verificar a sua taxa de sobrevivência. Testar um aparelho de libertação para ser usado de forma simples, nas embarcações de pesca e eventualmente ajudar na sobrevivência.

6. Comunicação – haver troca de conhecimentos entre pescadores e cientistas, para chegar a compromissos.

O Sr. Gonçalo Carvalho perguntou em que fase é que estão as várias etapas do projeto e se já existiam resultados para apresentar. Perguntou também, como é o CCRUP poderia contribuir neste trabalho, ajudando a chegar aos melhores resultados possíveis. Considerou que é um projeto relevante para o tema das captura dos “Tubarões de Profundidade”.

A Sra. Laurence Fauconnet lembrou que o projeto começou em 2020, na altura da pandemia, e que vai terminar em final de 2022. Já se recolheram dados relativamente à



biodiversidade, através de filmagens, a partir do cruzeiro de demersais. Na etapa de recolha de dados, falta implementar a distribuição dos guias e dar formação aos pescadores de São Miguel e Terceira. Obtiveram alguns dados na ilha do Faial, mas nesta ilha, prevalece a pesca com linha de mão e há um volume de captura de tubarões de profundidade muito menor. Estão a preparar as experiências para estudar a seletividade e sobrevivência das espécies, mas devido a reparações na embarcação de investigação, ainda não as colocaram em prática. Terminou ao referir estar muito satisfeita com a oportunidade de trabalhar com as associações de pescadores. Têm estado a fazer um esforço na comunicação para explicar aos profissionais a importância da recolha de dados e a da necessidade de fazer um esforço suplementar para ter mais informação.

O Sr. Charif, Abdallah referiu que houve uma espécie de tubarão que começou a desaparecer, em Mayotte, pois os cercadores prejudicam as unidades populacionais de espécies protegidas. Perguntou o que se poderia fazer em Mayotte para conservar determinadas espécies. A Sra. Laurence Fauconnet mencionou a importância de explicar às comunidades locais o objectivo dessas espécies serem protegidas.

O Sr. Gonçalo Carvalho manifestou a disponibilidade do CCRUP para colaborar com este projeto.

#### **4. Outros assuntos**

O Sr. Jorge Gonçalves lembrou que este projeto (SOS TubaProf) foi criado por uma iniciativa da União Europeia. Considera importante quantificar a biomassa disponível destas espécies nos Açores. Os tubarões estão no topo da cadeia alimentar e não têm predadores, o que causa desequilíbrios na região, pois alimentam-se das mesmas espécies que os pescadores capturam. Devia-se sugerir à Comissão Europeia a reintrodução da autorização da captura acessória dos tubarões de profundidade.

A Sra. Úrsula Krampe reconfirmou que a Comissão Europeia, no Regulamento para as Águas Profundas, suspendeu as capturas acessórias. A Comissão Europeia deseja receber estes relatórios, que detalhem os desenvolvimentos nesta situação, antes de voltar a debater o assunto com Portugal.

O Sr. Juan Verdu dirigiu-se à Sra. Úrsula Krampe para afirmar que a questão da recolha de dados abrange a problemática da pesca lúdica, e vai ao encontro dos interesses

das regiões ultraperiféricas. Os dados existentes estão enviesados pois são apenas os dados relativamente à pesca profissional. Esperava uma resposta diferente por parte da Comissão Europeia e que não referissem apenas que este é um problema dos Estados Membros.

Não havendo mais pedidos de palavra nem intervenções, deu-se por encerrada a reunião.